FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES

CNPJ: 17.200.429/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E 2020

R$(mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**43.192**	**35.004**
Caixa e Equivalência de Caixa	4	1.099	3.869
Aplicações Financeiras	4.1	16.112	6.649
Contas a receber	5	16.675	13.272
Estoques	6	5.470	6.543
Outros Créditos	7	3.835	4.671
NÃO CIRCULANTE		**568.586**	**565.038**
Realizável a Longo Prazo		**840**	**876**
Depósitos Judiciais	8	840	876
Investimentos		**6**	**6**
Imobilizado	9	**567.712**	**564.128**
Intangível		**28**	**28**
TOTAL DO ATIVO		**611.778**	**600.042**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**49.165**	**40.541**
Fornecedores	10	15.132	18.287
Salários e contribuições sociais	11	5.279	5.119
Obrigações fiscais	11.1	882	919
Empréstimos e Financiamentos	12	17.647	14.008
Obrigações com convênios	13	10.225	2.208
NÃO CIRCULANTE		**91.196**	**77.805**
Empréstimos e Financiamentos	12	79.661	64.626
Obrigações com convênios	13	9.793	11.849
Provisões para demandas judiciais	14	1.742	1.330
PATRIMÔNIO SOCIAL	15	**471.417**	**481.696**
Reserva Patrimonial		536.310	536.309
Superávits ou Déficits Acumulados		(64.893)	(54.613)
TOTAL DO PASSIVO		**611.778**	**600.042**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

R$(mil)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado*)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	16	**116.814**	**120.186**
Custo dos Serviços Prestados	17	(97.700)	(84.470)
SUPERÁVIT BRUTO		**19.114**	**35.716**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Pessoal-(Adm)	17.1	(8.050)	(6.558)
Outras Despesas Operacionais	17.1	(9.534)	(7.132)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Aluguéis	18	186	94
Indenizações / Ações Judiciais	19	-	22
SUPERÁVIT OPERACIONAL		**1.716**	**22.142**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita		543	135
Despesa		(12.540)	(13.441)
		(11.997)	**(13.306)**
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		**(10.280)**	**8.836**

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.10

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

R$(mil)

	Fundo patrimonial	Ajuste avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 dezembro de 2019	**(63.450)**	**536.310**	**472.860**
Realização de Reservas	-	-	-
Superávit do exercício	8.836	-	8.836
Saldo em 31 dezembro de 2020	**(54.614)**	**536.310**	**481.697**
Realização de Reservas	-	-	-
Superávit do exercício	(10.280)	-	(10.280)
Saldo em 31 dezembro de 2021	**(64.894)**	**536.310**	**471.418**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	(10.280)	8.836
Depreciação	4.866	4.293
Baixa de bens do ativo imobilizado	16.938	21
	11.524	**13.150**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(3.403)	(610)
Estoques	1.073	(4.447)
Outros ativos	836	(649)
Depósitos judiciais	36	567
(Aumento) redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	(3.155)	(6.121)
Salários e contribuições sociais	160	(79)
Obrigações fiscais	(37)	(315)
Obrigações com convênio	5.961	(791)
Provisão para demandas judiciais	412	(238)
Caixa líquido das atividades operacionais	**13.407**	**468**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(20.451)	(7.607)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(20.451)**	**(7.607)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos e financiamentos	97.308	78.612
Pagamentos de empréstimos	(78.633)	(67.209)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**18.674**	**11.403**
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalente caixa	**11.631**	**4.264**
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	**10.518**	**6.253**
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	**17.211**	**10.518**
	6.693	**4.264**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Benjamin Guimarães é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob o nº 063.390/45. Conforme Atestado de Registro e Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, foi instituída em 25.01.1944 e adquiriu personalidade jurídica em 26.01.1944, com registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas Jero Oliva sob o nº 523. É reconhecida como de utilidade pública federal conforme Decreto n.º 63.686 de 26.11.1968, de utilidade pública estadual conforme Lei n.º 2.435 de 22.08.1961 e de utilidade pública municipal conforme a Lei n.º 3.011 de 13.12.1979. Tem como objetivo o atendimento médico em geral, tanto em regime ambulatorial quanto no de internamento e desenvolvimento acadêmico das áreas de pesquisas e especializações médicas, aplicando integralmente suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional. A Instituição é dirigida por um Conselho Curador como órgão soberano e por uma Diretoria executiva, tendo suas atividades, no que diz respeito à manutenção dos ideais de seu instituidor, fiscalizadas por um Conselho Fiscal. A Fundação aplica integralmente o seu resultado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os dirigentes e conselheiros não recebem remuneração, vantagens ou benefícios sob qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas estatutariamente. A entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações. Para manutenção de suas atividades estatutárias, presta serviços ao SUS – Sist. Único de Saúde (com percentual superior a 60% de sua capacidade instalada), operadoras de Plano de Saúde, atendimentos a particulares e arrecada, junto à população em geral, recursos diversos na forma de doações, que são aplicados integralmente na sua atividade fim. A Fundação vem adotando medidas de controle financeiro e operacional para melhoria dos níveis de resultado operacional em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade. A Administração avaliou que a Fundação tem capacidade de manter suas atividades operacionais e que, por este motivo, não pretende liquidar ou cessar suas operações, além de visualizar em um futuro próximo alternativas realistas para evitar o encerramento das suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Informações gerais

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo, juntamente com as notas explicativas.

2.2. Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas respeitando o princípio contábil da competência, baseado no CPC 25 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. As mesmas são reconhecidas quando o seu valor pode ser estimado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela entidade e quando a proporção dos serviços executados possa ser confiavelmente mensurada. Para as doações recebidas, identificadas e possíveis de mensuração, realizou-se provisões baseadas em relatórios emitidos pelos setores responsáveis pelas captações, já as doações que acontecem diretamente em contas bancárias da Fundação e que não são possíveis sua identificação imediata, serão contabilizadas quando efetivamente recebidas. As receitas e despesas com gratuidades são reconhecidas no resultado, à medida que os serviços prestados relativos a elas ocorrem e são efetivamente mensurados. As subvenções de recursos para custeio e investimentos são contabilizadas no resultado, quando atendidos todos os requisitos de reconhecimento que, em linhas gerais, estão ligados ao cumprimento pela Fundação das suas obrigações previstas nos convênios firmados, respeitando sempre que necessário o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações Financeiras estão apresentadas em moeda nacional do Brasil – Real - que é a moeda funcional da Fundação.

2.4. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo.

2.5. Instrumentos financeiros

A Fundação valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro e está sendo demonstrado pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras representa o montante de caixa que receberia ou pagaria conforme apropriado.

2.6. Ajuste a valor presente

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

2.7. Tributos

A Fundação não está sujeita à tributação do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, estando condicionada, todavia, ao cumprimento do que está disposto no artigo 15 da Lei Federal 9.532/1997 e à apresentação da Declaração de Rendimentos.

2.8. Trabalho voluntário

A Fundação, na execução das suas atividades, recebe serviços voluntários de terceiros, como, por exemplo, grupo de palhaços (Instituto Hahaha) e, embora eles sejam muito importantes para os pacientes atendidos no hospital, seus valores não são relevantes a tal ponto que exista relação de Custo X Benefício para que a Entidade efetue uma pesquisa de preços para valoração dos mesmos. Nesse sentido, o Trabalho Voluntário não foi reconhecido na Demonstração do Resultado como uma receita e uma despesa.

2.9. Subvenções governamentais

As receitas com subvenções e assistência governamentais são reconhecidas nas contas de resultado quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela Fundação todas as condições estabelecidas pelo doador (Governo) para que a Entidade fizesse jus à referida Subvenção, conforme requerido pela CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. Os valores, quando recebidos e utilizados, são registrados no Ativo (recursos financeiros e bens não monetários) e no Passivo (subvenções a realizar e passivos diferidos), conforme Nota explicativa nº 13. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a natureza da subvenção, ou seja, para custeio ou investimento, e de acordo com a execução do Convênio a que ela se refere.

2.10. Reapresentação nas demonstrações financeiras de 2020

Após revisão de nossas práticas contábeis, a Fundação Benjamin Guimarães objetivando a melhor apresentação de seu desempenho financeiro e operacional concluiu que, em 2020 o serviço de telemarketing foi considerado em sua composição como custos da Instituição, mas em 2021 ao analisar novamente esta composição, entendeu-se que este tipo de serviço não poderia ser considerado como custos e sim como despesa, por este motivo fez-se necessário a reapresentação para o ano de 2020 mantendo assim a mesma base para 2021.

3.PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias sempre respeitando a legislação.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem divergir dessas estimativas.

As principais áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da Administração para elaboração das estimativas contábeis são:

a)Continuidade operacional

A Fundação preparou as suas Demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade operacional. A apresentação de sucessivos déficits decorre substancialmente do fato de que os serviços hospitalares, prestados principalmente para o SUS, são remunerados por uma tabela de preços defasada, que é insuficiente para cobrir os custos e despesas operacionais.

b)Perda (impairment) do imobilizado

A Administração da Fundação contratou uma empresa especializada, que iniciará os trabalhos em abril/2022, para reavaliar todo o nosso ativo, pois entendemos que poderá ser necessário após avaliação, a constituição de perda por irrecuperabilidade do Imobilizado, uma vez que os principais ativos deste grupo de contas, os imóveis, foram avaliados em 2013 a preço de mercado, cujo estudo, entendemos já está desatualizado.

c)Provisão para perdas de liquidação duvidosa de clientes

Em dezembro de 2016, com base em seu histórico de performance do Contas a Receber e da análise individual do aging list, a Administração da Fundação julgou ser necessária a constituição de Provisão para o não recebimento da rubrica Contas a Receber de Clientes que, por sua vez, é composta por valores a receber de órgãos públicos de convênios privados de saúde e contas de pacientes particulares. Adotando os mesmos princípios dos anos anteriores, a Instituição entendeu que não houve eventos consideráveis para que se fizesse a constituição da PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa). Para 2021, a Fundação manteve-se na mesma linha dos anos anteriores, entendendo que não houve eventos consideráveis para que se fizesse a constituição de uma nova provisão ou aumento na PCLD.

d)Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é contabilizada quando a Fundação possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado e que entenda provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões, quando necessárias, são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	345	263
Bancos - Recursos Próprios - Hospital da Baleia	175	2.919
Bancos - Recursos Rede de Amigos	569	75
Bancos - Recursos Convênios Órgãos Públicos	10	612
	1.099	**3.869**

Caixa: incluem valores em espécies ou não de créditos disponíveis na tesouraria para pagamentos de pequenas despesas de valor irrelevante. Nessa conta, também são registrados os cartões de créditos e cheques pré-datados que foram recebidos pela Fundação e creditados em meses posteriores, o que demonstra o valor alto em conta.

Bancos: referem-se a valores recebidos em contas correntes (depósitos bancários, verbas públicas) de clientes, órgãos governamentais e doadores que são utilizados no giro da operação.

4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos Próprios	5.688	4.382
Recursos Convênios	10.424	2.267
	16.112	**6.649**

As aplicações financeiras são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação, quando aplicáveis e se tratando de recursos próprios, são reconhecidos no resultado quando incorridos; já para os recursos de convênios, os rendimentos são contabilizados no passivo, agregando ao valor da verba pública recebida, conforme prevê a CPC 07(R1).

5. CONTAS A RECEBER

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Contas Correntes - Pacientes SUS	12.528	10.257
Contas Correntes - Pacientes Convênios	3.491	2.604
PCLD - Convênios	(197)	(217)
Contas Correntes - Pacientes Particulares	858	634
PCLD - Particulares	(6)	(6)
	16.675	**13.272**

SUS: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados ao Sistema Único de Saúde, acrescidos de honorários médicos que, quando for o caso serão repassados para as clínicas médicas.

Convênios: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados as Operadoras de Plano de Saúde privados, acrescido de honorários médicos que, quando for o caso, serão repassados para as clínicas médicas.

Particulares: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados aos pacientes particulares, em geral acrescidos de honorários médicos a serem repassados para as clínicas médicas.

PCLD: Refere-se às Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, constituídas pela Administração, ou seja, valores passíveis de não serem recebidos dos clientes SUS, Convênios e Particulares.

6. ESTOQUES

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Medicamentos e materiais hospitalares	1.479	1.777
Materiais almoxarifado	755	1.491
Medicamentos - UPA	17	17
Doações	159	125
Estoque Materiais SHL	9	8
Estoque Materiais SND	50	19
Estoque Materiais De Manutencao	2.968	3.023
Estoque CME	27	35
Estoque SADT	4	6
Estoque Lavandeira	-	4
Estoque Lab. Analises Clinicas	-	36
Estoque Sesmt	2	2
	5.470	**6.543**

A Fundação não identificou itens para os quais fosse requerida uma provisão de perdas nos estoques, pois todo o material estocado encontra-se em condições de uso dentro de suas validades quando for o caso. Importante salientar que o estoque de materiais de manutenção, se refere as aquisições de itens que serão utilizadas na construção de uma usina fotovoltaica.

7. OUTROS CRÉDITOS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a Fornecedores	823	897
Adiantamento De Ferias	261	211
Imóveis a Comercializar	59	58
Outros Créditos De Terceiros	1.920	1.885
Despesas Antecipadas	772	1.620
	3.835	**4.671**

Devido às dificuldades financeiras que a Fundação vem passando ao longo dos anos com protestos de títulos em cartório, vários fornecedores só realizam as vendas mediante pagamento adiantado, o que, para atender à demanda hospitalar, é necessário realizar as compras nestas condições, fazendo assim com que a conta de adiantamento a fornecedores permanesse em um valor considerável. Quanto a composição constante na rubrica "Outros Créditos de Terceiros" destacamos alguns valores tais como:

- O valor de R$ 379 mil, refere-se à doação de parceria firmada entre a Fundação com o Supermercados EPA.
- O valor de R$ 467 mil, refere-se à captação via telemarketing, mediante operação realizada com a empresa Ação Contact Center.
- O valor de R$ 459 mil, refere-se a empréstimo de materiais médicos e medicamentos a outros hospitais. Importante frisar que isso é uma prática comum entre as Instituições Hospitalares, para atender às demandas emergenciais e que são devidamente controladas via relatórios gerenciais pelo setor de farmácia da Fundação.
- O valor de R$ 350 mil refere-se à ação movida pela Fundação contra a Prefeitura de Sabará – Processo 0094806-84-2013.8.13.0567.
- Valor de R$ 166 mil refere-se a parceria entre a Fundação e a Faminas BH - Faculdade de Minas, para o estágio curricular obrigatório dos estudantes do curso de medicina no internato, sendo estes nas especialidades cirurgia geral, pediatria, ginecologia e clínica médica.

Despesas Antecipadas:

Referem-se a valores que a Instituição antecipou a terceiros e que tem direito a receber ou usufruir em exercícios futuros caso a parte contratada não cumpra algum requisito de obrigação.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a processos judiciais nos quais a Fundação é parte e que, para se resguardar contra desfechos desfavoráveis, levou a Administração juntamente com a Assessoria Jurídica, a depositar, judicialmente, os valores discutidos. Os depósitos, discriminados de acordo com a natureza das discussões, estão assim apresentados:

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Judicíais Recursais	11	165
Cíveis e Trabalhista	829	711
	840	**876**

9.IMOBILIZADO

(a) Este ativo e a sua movimentação é demonstrada da seguinte maneira:

R$(mil)

Descrição	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020	Adição	Baixas	Transferências	31/12/2021
Terrenos	520.629	-	-	-	520.629	-	-	-	520.629
Edificações	27.773	-	-	-	27.773	-	-	-	27.773
Instalações	9.152	-	-	-	9.152	-	-	-	9.152
Benfeitorias	287	-	-	-	287	-	-	-	287
Bens móveis	16.016	5.894	(21)	-	21.888	15.094	(11.996)	-	24.987
Imobilizado em Andamento	9	-	-	-	9	1.144	(5)	-	1.148
Imóveis de uso - Convênios Públicos	7.266	-	-	-	7.266	-	-	-	7.266
Bens moveis - Convênios Públicos	16.808	795	(1)	-	17.602	522	-	-	18.124
Total	**597.939**	**6.688**	**(22)**	**-**	**604.606**	**16.760**	**(12.000)**	**-**	**609.365**
Depreciação Acumulada									
Edificações	(4.900)	(741)	-	-	(5.640)	-	(741)	-	(6.380)
Instalações	(7.080)	(325)	-	-	(7.405)	-	(323)	-	(7.728)
Benfeitorias	(123)	(4)	-	-	(126)	-	(4)	-	(130)
Bens móveis	(12.356)	(702)	-	-	(13.057)	71	(1.410)	-	(14.397)
Depreciação e Amortização - Convênios	(12.646)	(2.522)	-	-	(15.168)	1	(2.461)	-	(17.627)
Total	**(37.104)**	**(4.293)**	-	-	**(41.396)**	**72**	**(4.938)**	-	**(46.262)**
Convênios em execução	-	918	-	-	918	3.691	-	-	4.609
Total	-	**918**	-	-	**918**	**3.691**	-	-	**4.609**
Total do Imobilizado líquido	**560.835**	**3.314**	**(22)**	**-**	**564.128**	**20.523**	**(16.938)**	**-**	**567.712**

(b) Em 2013, foi efetuada reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações e instalações) por empresa especializada – APC – Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda, passando os bens reavaliados a serem demonstrados pelo custo avaliado. Os bens são depreciados de acordo com as taxas permitidas pela legislação fiscal. A Fundação optou por não contratar, para o exercício de 2017 a 2020, os estudos necessários para avaliação das expectativas de valores das áreas dos imóveis que ocupa, devido ao andamento do processo de regularização urbana de toda área, mas já se encontra para análise da Administração um orçamento de uma empresa especializada para este trabalho e que caso fosse aprovado deverá dar inicio das atividades no ano de 2021. Para o ano de 2022 a Fundação, após buscar várias empresas no mercado, contratou uma empresa especializada em avaliação patrimonial que irá realizar todo o trabalho de inventário da Fundação, com previsão de início dos trabalhos para o 1º semestre de 2022.

10. CONTAS A PAGAR

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	3.701	5.294
Serviços Profissionais Terceirizados	7.400	8.055
Serviços Médicos	2.940	2.687
Honorários médicos	6	636
Outros compromissos	756	538
Água e Energia	329	1.077
	15.132	**18.287**

Dentro desse grupo estão todos os nossos fornecedores e prestadores de serviços com os quais a Fundação mantém contrato ou algum tipo de vínculo. O saldo é originário de transações feitas pela Fundação para consecução das suas atividades, o que vem fazendo com que a Administração da Fundação mantenha constantemente negociações com alguns fornecedores e prestadores, no sentido de repactuar seus compromissos, propondo parcelamento de débitos, o que lhe permitirá migrar para desembolsos que se enquadrem em seu atual fluxo de caixa.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e Ordenados	2.172	1.983
Obrigações Sociais	483	553
Outras Provisões Trabalhistas	2.624	2.583
	5.279	**5.119**

Os valores acima se referem às obrigações que a Instituição tem junto aos seus colaboradores, tais como: Salários, INSS, FGTS, Contribuição Federativa e Contribuição Sindical, além das Outras Provisões Trabalhistas, tais como Férias, FGTS de Férias e FGTS 13º Salário. Importante ressaltar que todos esses valores estão devidamente em dia, uma vez que, em sua grande maioria, se referem a provisões mensais que são quitadas na data de seu vencimento, no mês seguinte.

11.1 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações Fiscais	882	919
	882	**919**

Os valores mencionados acima se referem aos impostos retidos de terceiros e colaboradores tais como: IR, INSS, ISS, PIS/Cofins/CSLL e Parcelamentos.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos em 31 de dezembro é assim apresentada:

Banco	2021 R$(mil) Valor Empréstimo	Saldo (CP)	Saldo (LP)	Saldo Devedor	2020 R$(mil) Valor Empréstimo	Saldo (CP)	Saldo (LP)	Saldo Devedor
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	58.547	34.572	89.194	63.644
Juros a transcorrer CEF		-	-			(24.242)	(35.881)	
BMG Mutuo - CCB 31.70.45838	-	2.774	(3)	2.627	5.000	2.774	2.774	5.000
Juros A Transcorrer - BMG Mutuo - CCB 31.70.45838		(145)	-			(401)	(147)	
BMG Mutuo - CCB 31.12.45428	-	3.775	6.592	7.824	9.968	2.323	10.367	9.968
Juros A Transcorrer - BMG Mutuo - CCB 31.12.45428		(645)	(1.898)			(1.040)	(1.682)	
Sicoob Credicom - CCB 1111114	1.100	389	-	380	9.968	-	-	-
Juros A Transcorrer - Sicoob Credicom - CCB 1111114		(9)	-					
Caixa Economica Federal-11.4257.610.000006-17	63.000	16.928	84.641	66.197	-	-	-	-
Juros A Transcorrer - CEF - 11.4257.610.000006-17		(7.999)	(27.374)					
Sicoob Credicom - CCB 1174074	20.000	4.591	30.982	19.618	-	-	-	-
Juros A Transcorrer - Sicoob Credicom - CCB 1174074		(2.535)	(13.420)					
Multa PGFN-PCD-CLT-Inscrição-60517009264-93	-	-	97	97	-	-	-	-
Unimed-BH	410	9	-	4	410	9	-	4
Juros a transcorrer Unimed-BH		(5)				(5)		
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		**17.129**	**79.619**	**96.748**		**13.991**	**64.626**	**78.616**
Conta Garantida - CEF		2	-	2		17	-	17
Adiantamento Particulares A Prazo		515	-	515		-	-	-
Contrato Mutuo-Pf-Gabriel		-	42	42		-	-	-
TOTAL		**17.647**	**79.661**	**97.308**		**14.008**	**64.626**	**78.633**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

13. OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Subvenções a realizar	10.225	2.208
Passivo diferido	9.793	11.849
	20.018	**14.057**

As Subvenções a Realizar e o Passivo Diferido se referem aos saldos dos recursos de convênios de custeio e investimento, já recebidos e que ainda não foram aplicados nos respectivos objetos, mas que estão dentro do prazo legal de execução. Os registros contábeis para composição destes saldos, são realizados conforme determina o CPC(Comitê de pronunciamentos contábeis) nº 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais com Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 20 (BV2010)

14.PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

14.1) Ações judiciais contabilizadas

A Fundação é ré em diversas ações judiciais, para as quais foram constituídas provisões baseadas em estimativas prováveis de perdas, registradas pela Administração, em conjunto com a sua Assessoria Jurídica, como segue:

CONTINGÊNCIAS:

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências Trabalhistas	922	460
Contingências Cíveis	665	665
Fornecedores Em Geral-Acao Civel	155	205
	1.742	**1.330**

a) A Instituição é parte em ações trabalhistas relativas a processos judiciais movidos por ex-empregados. As ações trabalhistas, cuja expectativa de perda é provável, resultante de eventos passados, foi quantificada pela Assessoria Jurídica, em 2020, por R$ 460 mil e para 2021 por R$ 386 mil. Esta redução nos valores é associada a pagamentos ou redução no valor provável de perda após andamento nos processos.

b) A Instituição é parte em ações judiciais cíveis que se referem à indenização por danos materiais e morais, decorrente de ações movidas contra integrantes do Corpo Clínico do Hospital da Baleia. Para as ações, cuja expectativa de perda é provável, oriunda de eventos passados, foi quantificada, pela Assessoria Jurídica no valor de R$ 665 mil. Este valor não sofreu alteração do ano de 2020 para 2021.

c) Quanto à conta Fornecedores em geral - ação cível, trata-se de valores cobrados por fornecedores via ação cível e que, por já constar em nossa rubrica contábil Fornecedores, efetuamos a transferência dos valores devidos do passivo circulante para o não circulante. Sua redução se deu pelo fato da Fundação estar realizando os pagamentos conforme negociação realizada com o Fornecedores.

14.2 Passivo contingente – Ações judiciais não contabilizadas

Passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da Entidade. A Fundação é ré em 80 ações de processos judiciais, sendo classificados pela Assessoria Jurídica como possíveis ou remotas, perfazendo um valor montante das causas de aproximadamente R$ 13 milhões.

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste Avaliação Patrimonial	536.310	536.309
Superávits Ou Déficits Acumulados	(64.893)	(54.613)
	471.417	**481.696**

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza filantrópica e, em caso de sua dissolução, os bens e direitos que constituem o seu acervo serão destinados à criação de uma Fundação de idêntica finalidade ou serão doados ou transferidos a uma instituição congênere. É vedada à Fundação distribuir o superávit apurado em cada exercício, devendo o mesmo ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. No caso de déficit, o valor é transferido para o Patrimônio Líquido, para ser deduzido do valor do Fundo Patrimonial.

16. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

R$(mil)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Serviços Hospitalares	**16.1**	62.798	58.683
Incentivos e Subvenções	**16.2**	27.184	26.684
Receita de Doação	**16.3**	23.842	32.965
Receita com Gratuidade Tributária	**16.4**	15.354	13.232
Receitas de Desenvolvimento e Pesquisa		4.866	3.796
Outras Rendas		187	217
		134.231	**135.577**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Despesa com Gratuidade Tributária	**16.4**	(15.354)	(13.232)
Glosas	**16.5**	(452)	(249)
Honorários Médicos	**16.5**	(1.613)	(1.910)
		116.812	**120.186**

16.1 RECEITAS COM SERVIÇOS HOSPITALARES

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Pacientes SUS	42.187	45.461
Pacientes Convênios	13.499	8.408
Pacientes Particulares	7.112	4.814
	62.798	**58.683**

16.2 INCENTIVOS E SUBVENÇÕES SOCIAIS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Incentivos	20.809	17.412
Subvenções Sociais	6.375	9.272
	27.184	**26.684**

Os incentivos decorrem de valores pactuados no contrato POA (Plano Operativo Anual), celebrado com a SMSA, decorrente do atendimento aos pacientes do SUS e à área de ensino e pesquisa que por sua vez tem contratos firmados com Instituições de ensino, ofertando vagas para estudantes se especializarem. Os principais incentivos recebidos são:

FIDEPS: Fator de Incentivo ao Ensino e Pesquisa (valor fixo mensal de: R$ 210 mil);

IAC: Incentivo à Contratualização (valor fixo mensal: média de R$ 289 mil);

INTEGRASUS: Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (valor fixo mensal: R$ 43 mil);

INTO: Incentivo às cirurgias de Traumatologia e Ortopedia (valor atrelado à produção mensal: média R$ 897 mil);

Cirurgias Eletivas: Incentivo de produção às cirurgias de média complexidade (valor atrelado à produção mensal: média R$ 21 mil);

Rede de Urgência e Emergência: Incentivo aos atendimentos dos pacientes internados no CTI (valor atrelado às diárias de CTI-Centro de Tratamento Intensivo média mensal: R$ 61 mil);

Centrare: Incentivo nos atendimentos aos pacientes com Fissura Labiopalatal (valor fixo mensal: R$ 75 mil oriundos da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e R$ 75 mil da Secretaria Estadual de Saúde);

16.3 RECEITAS DE DOAÇÕES

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Doações	13.819	23.205
Receitas com Eventos Institucionais	10.024	9.758
	23.843	**32.965**

As Receitas de Doações e Eventos Institucionais se referem às doações recebidas, originárias de diversas campanhas promovidas pela Fundação para captação de recursos, como o Telemarketing, SmileTrain (Instituição Internacional para auxílio às crianças com fissuras lábio-palatais), Campanha solidarieagua, moeda corrente que geralmente são doadas por meio de depósitos em bancos ou em espécie, voluntariado digital (doação via site), Projeto Adote um leito, Projeto Doe seu troco (parceria com a Drogaria Araújo, EPA Supermercados e Mart Minas) e jantar beneficente do Hospital da Baleia, que é muito tradicional, mas que devido à pandemia não foi possível realizar no ano de 2021.

16.4 RECEITAS/DESPESAS COM GRATUIDADES TRIBUTÁRIAS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	2.013	1.566
PIS	618	567
COFINS	2.852	2.333
CSLL	1.076	852
INSS (Patronal)	6.482	5.828
INSS (Acidente de Trabalho)	434	396
Salário Educação	810	729
INCRA	65	58
SENAC	364	291
SESC	446	437
SEBRAE	194	175
TOTAL GERAL	**15.354**	**13.232**

Em 2021, a Isenção Tributária e os encargos sociais foram registrados nas contas de resultado (receitas e despesas), pelos seguintes valores:

16.5 GLOSAS/HONORÁRIOS MÉDICOS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Glosas Pacientes SUS - Administrativas	(25)	(10)
Ajuste p/ Complemento Honorarios Internos	-	(39)
Ajuste p/ Complemento Honorarios Externos	(424)	(332)
Glosas Pacientes Convênios-Administrativos	(304)	(178)
Glosas de Faturamento - Técnicas	(2)	(61)
Ajuste Hon. Med. Repassar Convenios Internos	(994)	(1.233)
Abatimentos Concedidos	(118)	-
Ajuste Hon. Med. Repassar Particulares	(193)	(306)
Descontos Concedidos	(4)	-
TOTAL GERAL	**(2.064)**	**(2.159)**

•As perdas com créditos incobráveis (glosas) de R$ 331 mil em 2021, decorrem de análises feitas pela Administração sobre diversos valores apropriados no faturamento e nas contas a receber, não passíveis de cobrança junto aos convênios de saúde, devido a erros de processos internos.

•Ajustes de honorários referem-se aos valores que o hospital deverá repassar aos prestadores de serviços médicos.

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R$(mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Salarios e Ordenados	(36.730)	(32.989)
Medicamentos	(15.980)	(12.128)
Materiais/ Medicamentos Cirúrgicos	(5.644)	(4.384)
Gases Medicinais	(445)	(517)
Gêneros Alimentícios	(2.087)	(1.543)
Outros Materiais Consumo Expedien	(4.511)	(4.103)
Baixa Perda Estoque	(172)	(103)
PCLD-Provi.P/Creditos de Liquidacao Duvidosa	20	-
Serviços Medicos - PJ	(17.775)	(15.150)
Residência Médica	(664)	(715)
Custo Serviços Prestados	(2.505)	(2.871)
Custo Manutenção Equip.Instalação	(1.843)	(1.951)
Depreciação e Amortização	(2.291)	(1.198)
Serviços Públicos	(2.428)	(2.639)
Exames Médicos Complementares	(3.530)	(2.958)
Outros Gastos	(1.115)	(1.114)
Gratuidade Parlamentar	-	(104)
Gratuidade FBG	-	(4)
TOTAL GERAL	**(97.700)**	**(84.470)**

17.1 DESPESAS OPERACIONAIS

R$(mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação E Amortização	(129)	(572)
Despesas Com Pessoal	(8.050)	(6.558)
Medicamentos sup	-	(9)
Exames medicos complementares	(5)	-
Gêneros Alimentícios sup	(54)	(47)
Materiais de Consumo	(501)	(94)
Serviços Terceiros	(5.947)	(5.013)
Manutenção Predial	(892)	(830)
Serviços publicos sup	(23)	(145)
Serviços medicos PJ	(6)	(4)
Condomínio	(5)	(2)
Despesas Administrativas	(1.436)	-
Outros Gastos	-	(314)
Despesas tributárias	-	-
Contingências Trabalhistas/Cíveis	(536)	(102)
Materiais/ Medicamentos Cirúrgicos sup	-	-
TOTAL GERAL	**(17.584)**	**(13.690)**

17.2 DESPESAS OPERACIONAIS

Cobertura de Seguros

Para atender às medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação efetua a contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros, adotando assim, uma política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes dentro da nossa natureza de atividade. Este valor está registrado dentro da rubrica "Outros Gastos" sendo composto da seguinte forma:

R$(mil)

Grupo	Seguradora	Descrição	Vigência	Prêmio
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Doblo Cargo 1.4 Flex - Ano 2012/2013 - Placa HFB4821	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Citroen Jumper Furgao 2.3 - Ano 2012/2013 - Placa OMC3610	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Citroen Jumper Minibus Vetrato 2.3 - Ano 2014 - Placa PUI5537	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Strada Working 1.4 Flex - Ano 2012/2013 - Placa OME4262	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Uno Drive 1.0 6V Flex - Ano 2017/2018 - Placa PUE9304	30/03/21 a 30/03/22	1
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Strada Fire 1.4 Flex - Ano 2008/2009 - Placa HIR2782	30/03/21 a 30/03/22	1
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Peugeot Hoggar Pick-up Active 1.4 Flex - Ano 2014 - Placa PUG5622	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Volks Kombi Standard 1.4 Total Flex - Ano 2008/2009 - Placa HKC4961	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Yamaha XTZ 250 Lander - Ano 2007 - Placa HMG9593	30/03/21 a 30/03/22	1
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Mercedes Benz Sprint 310 D Furgão - Ano 1999 - Placa GWR7346	30/03/21 a 30/03/22	3
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Doblo Cargo 1.8 MPI - Ano 2006 - Placa HEI4127	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Ducato Van Minibus 2.8 - Ano 2006 - Placa HEI0508	30/03/21 a 30/03/22	2
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Ducato Furgão Maxicargo 2.3 - Ano 2017/2018 - Placa QMT7365	30/03/21 a 30/03/22	6
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Fiat Uno Fiorino Ambulancia 1.3 - Ano 2013 - Placa PWX7613	30/03/21 a 30/03/22	3
Veículo	Porto Seguro Auto Frota	Honda Moto CG 150 Fan ESI Mix - Ano 2012 - Placa OPB0338	30/03/21 a 30/03/22	1
Total				32
Prédio	Caixa Econômica Federal	Prédios da FBG	06/09/20 a 06/09/21	8
Área Baleião	Porto Seguro Cia.de Seg. Gerais	Academia de Ginastica/Danças/Lutas/ Escola de Natação ou Esportes	17/04/21 a 17/04/22	1
Vida em Grupo	Caixa Econômica Federal	Seguro de Vida Funcionários - (conforme nº funcionários/mês)	01/05/19 a 30/04/22	6
Total Geral				**47**

18. ALUGUÉIS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Aluguel Imovel Ambulatorio Sus	(21)	-
Aluguel Cantina/Trailler	138	49
Aluguel Área Física	21	15
Aluguel Imovel-Cond.Volpi-Levindo Lopes	18	30
Aluguel/Locacao De Equip. Contrato 1703-2021	30	-
	186	**94**

A Fundação tem, em suas dependências, três cantinas que são alugadas a um terceiro pelas quais recebe um aluguel mensal, além de um apartamento recebido em doação que se encontra atualmente alugado a um terceiro.

19. INDENIZAÇÕES / AÇÕES JUDICIAIS

R$(mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Ação Pis Folha	-	22
	-	**22**

O valor de R$ 22 mil do ano de 2020 acima mencionado, refere-se a uma diferença apurada pela Assessoria Jurídica da Fundação relativa à ação movida contra cobrança indevida sobre PIS Folha, transitada em julgado como inconstitucional sendo este valor regularizado no ano de 2021.

20. GRATUIDADES

A assistência social está contemplada no campo da seguridade social, nos termos do Artigo 194 da Constituição Federal de 1988, sendo regulamentada pela Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993, alterada pelas Leis nº 9.711, de 20/11/1998, Lei nº 9.720, de 30/11/1998, Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e Lei n° 13.043/14. A assistência social à saúde é regulamentada pelo Decreto 7.237/10 e Portaria nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, do Ministério da Saúde.

Para cumprir a assistência social, a Fundação promove atendimento médico aos pacientes originários do Sistema Único de Saúde – SUS, atualmente em 97% de sua capacidade instalada, tendo colocado à disposição do Conselho Municipal de Saúde 60% de sua capacidade instalada, de acordo com ofício protocolizado em 2021.

A prestação de serviços ao SUS é comprovada por meio dos registros das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais, verificados nos sistemas de informações do Ministério da Saúde e resumidamente demonstrados, a seguir:

ATENDIMENTO SUS E NÃO SUS 2021 E 2020

Demonstrativo da quantidade atendimentos 2021 e 2020

	2021	2020
Internação		
Total de Paciente Dia	37.978	32.623
Paciente Dia SUS	31.894	27.475
Paciente Dia Não SUS	6.084	5.148
Ambulatório		
Total de Produção Ambulatorial	332.051	286.916
Produção Ambulatorial SUS	332.051	286.916
Produção Ambulatorial Não SUS		

Demonstração do percentual de serviços praticado com o SUS

% Praticado pela Fundação	2021	2020
% Internação	84%	84%
% Ambulatório	10%	10%
% Ações	3%	4%
Percentual SUS	97%	98%

Em face da promoção à saúde, a Fundação atende aos requisitos legais para isenção da quota patronal da contribuição social do INSS.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS E PASSIVOS

Os instrumentos financeiros da Fundação estão restritos às aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registradas no resultado, de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Fundação foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

Aplicações financeiras: são registradas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos, representando o valor a ser resgatado pela Entidade caso isso ocorresse em 31 de dezembro de 2021.

Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização.

Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

22. GESTÃO DE RISCO

Risco de capital

Os objetivos da Fundação, ao administrar o seu patrimônio, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para cumprir com seus objetivos institucionais. Atualmente, a Entidade demanda aportes de capital, tendo em vista que os serviços prestados, principalmente ao SUS, não são remunerados a valores que permitam alcançar, minimamente, um ponto de equilíbrio em seu resultado. Adicionalmente, os repasses financeiros são recebidos com atraso. Para fazer frente a esse cenário, a Fundação elaborou um plano de reconfiguração de seu modelo de negócio, abrindo novas frentes para gerar superávit, como a ampliação de sua participação no mercado de medicina privada, melhoria da eficiência em seus processos internos, viabilização de seu patrimônio fundiário, foco na atividade de ensino e pesquisa em saúde, com o intuito de atrair parcerias rentáveis na área de saúde, dentre outras.

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente em todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O principal risco de mercado refere-se ao aumento de preços dos insumos e serviços contratados, sendo que a Fundação não tem conseguido repassar tais aumentos de custos aos clientes, em especial ao SUS, que pratica tabela de preços defasada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Fundação de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Fundação em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Atualmente, a Fundação passa por dificuldades financeiras para liquidar seus compromissos, principalmente com fornecedores. Mesmo existindo aplicações financeiras relevantes, tais recursos só podem ser utilizados em rubricas e gastos específicos, devido à vinculação a Termos de Convênios firmados com órgãos públicos.

Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Fundação incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a Clientes. Embora o principal cliente da Fundação seja o SUS, que remunera os serviços do Hospital a preços muito baixos, não há riscos de perdas em recebimentos.

23. FATOS RELEVANTES

A Instituição, voltada para a sua missão – oferecer excelência em saúde na assistência, ensino e pesquisa - tem como objetivo maior a qualidade assistencial e a sua sustentabilidade econômico-financeira. Nesse sentido, a Administração tem direcionado os seus esforços para a melhora do resultado operacional, através da qualidade da prestação dos serviços assistenciais, foco em rentabilidade, controle do desperdício, melhoria da experiência do Cliente/Paciente e ênfase no valor em saúde.

O ano de 2021 foi marcado pela incerteza da crise sanitária do novo coronavírus, iniciada no país em março de 2020 e também pelas dificuldades no cenário político e econômico do País, com o aumento da taxa básica de juros e o retorno da inflação. Nosso resultado econômico ficou abaixo da expectativa orçada pela Instituição, em grande parte devido à imprevisibilidade do cenário econômico nacional, que trouxe dificuldades relevantes na implementação dos nossos projetos estratégicos, além do aumento nos custos dos insumos consumidos por nossa operação.

Contudo, nossos esforços trouxeram uma melhoria na receita operacional bruta, com aumento da produção cirúrgica e da taxa geral de ocupação de nossas instalações, além da diminuição das despesas financeiras, fruto das exitosas negociações realizadas com as instituições credoras.

Por outro lado, a performance das receitas de doações foi impactada pelas dificuldades socioeconômicas da população e pelos aumentos das despesas operacionais, decorrentes das oscilações e disrupções da cadeia de suprimentos e também do aumento das despesas com a folha de pagamento de colaboradores, oriundas, em grande parte, do cumprimento dos dissídios coletivos das categorias profissionais de nossos colaboradores.

Ao longo de todo o exercício de 2021, a Diretoria trabalhou nas melhorias contínuas e na modernização da empresa, implementadas ano-a-ano, por meio de avaliações, monitoramento, controle e acompanhamento das metas e resultados de longo prazo do nosso modelo de negócios e de gestão. Dentre elas, ressaltamos o aumento da capacidade instalada do serviço de Hemodiálise de 56 pontos para 70 pontos e aprovação de projeto de expansão para 105 pontos a partir de 2023, esse com recursos garantidos pelo Governo Estadual.Manteremos ainda nossos esforços no gerenciamento dos custos e das despesas, negociando com fornecedores e promovendo ações internas visando a eficácia dos processos. No entanto, diversos fatores ainda dificultam nossas ações, principalmente pela escassez de recursos necessários para investimentos em infraestrutura e atualização tecnológica e pelo alto endividamento da Instituição, cujo efeito financeiro impacta sobremaneira a nossa operação.

Sabemos o muito que ainda precisa ser feito e o resultado de 2021 reflete as dificuldades encontradas nesse exercício. Mantemos a expectativa de que a redução das incertezas políticas e econômicas do País permitirão um avanço na implementação dos investimentos necessários e no aprimoramento de nossa estratégia, garantindo a melhoria da dinâmica operacional, assistencial, curva crescente de faturamento e a contínua diferenciação das nossas atividades no segmento da saúde mineira.

A nossa prática tem se voltado para o planejamento de um futuro assentado em transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. E, para tal, trilhamos um movimento pela vida da nossa Instituição, no qual a palavra de ordem é engajamento, traduzido por uma busca constante pelo reconhecimento de nosso potencial e limitações, entendimento dos nossos ciclos, reorganização das lideranças e contínuo acompanhamento de nossa estratégia.

Risco do COVID -19

A Administração entende que, até a data da apresentação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócio e a mensuração dos seus ativos e passivos.

****

TEREZA DA GAMA GUIMARÃES PAES
DIRETORA PRESIDENTE

MARCO AURELIO CUNHA DE ALMEIDA
DIRETOR ADM. FINANCEIRO

SUELY CRISTINA DE SOUZA SOARES
CONTROLLER
CRA-MG 01.046020/D

WELTHER PEREIRA DE SOUZA
CONTADOR
CRC-MG 106538

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Aos (as) Conselheiros (as), Diretores (as) e Administradores (as) da FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade – ITG 2002 (R1), específica para as Entidades sem Finalidades de Lucros, bem como a NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalva

A FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES optou no exercício de 2013 pela adoção do custo atribuído (deemed cost) para certos itens de seu ativo imobilizado, procedimento que acresceu R$ 539 milhões ao valor justo de seus bens naquele ano. Conforme nota explicativa nº 9.a (Imobilizado) a FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES optou por não contratar para o exercício de 2021 os estudos necessários para avaliação das expectativas de valores das áreas dos imóveis que ocupa, em função de estar em andamento um processo de regularização urbana de toda área. Consequentemente, não nos foi possível concluir se algum ajuste seria requerido nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 com o resultado decorrente da aplicação de novas avaliações.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.b (Imobilizado) às demonstrações contábeis, a FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES não concluiu no exercício de 2021, os procedimentos de levantamento físico, segregação por natureza, uso e localização dos bens móveis do ativo imobilizado iniciados no exercício de 2016, para posterior valoração e conciliação contábil, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado". Consequentemente, ficamos impossibilitados de certificar quanto aos saldos registrados, bem como seus possíveis reflexos nas contas patrimoniais e de resultado nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, que emitimos nosso relatório de auditoria em 19 de fevereiro de 2021, contendo as mesmas ressalvas descritas no parágrafo "Base de opinião com ressalva", retro.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

• Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2022.

ACE AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
CRC-MG nº 4.753 / CVM nº 7720

DARIO LUCIO PINTO:20234716649 — Assinado de forma digital por DARIO LUCIO PINTO:20234716649 Dados: 2022.04.25 11:29:24 -03'00'

Dário Lúcio Pinto
Sócio Responsável
Contador-CRC-MG 36.375

DOMINGOS FRANCA DA COSTA:34144110672 — Assinado de forma digital por DOMINGOS FRANCA DA COSTA:34144110672 Dados: 2022.04.25 11:27:54 -03'00'

Domingos França da Costa
Diretor de Auditoria
Contador-CRC-MG 52.326